



Ecoarqueologia Histórica na Amazônia¹

Historical Ecoarchaeology in the Amazon

Diogo Menezes COSTA^{1*}

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

* E-mail de contato: dmcosta@ufpa.br

Manuscrito recebido em 1 de novembro de 2019, versão final aceita em 11 de novembro de 2019.

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns fatos históricos da presença europeia na Amazônia, assim como discute os impactos ambientais gerados e seus prováveis legados materiais, naturais e culturais. Quais são as razões que tem levado a sociedade ocidental tentar transformar a floresta amazônica nos últimos 500 anos de ocupação? Para responder a esta questão, serão investigados quando, onde e como essas alterações no meio ambiente ocorreram, e serão examinadas as significâncias dos seus vestígios ecoarqueológicos. Também, será debatido o porquê de essas transformações terem ocorrido, e as populações afetadas na história de ocupação da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; arqueologia histórica; arqueologia ambiental; ecoarqueologia.

ABSTRACT: This work presents historical facts on the Western presence in the Amazon and discusses the environmental impacts generated by this presence and its probable material, natural and cultural legacy. What has led modern Western society to try to transform the Amazon forest over the last 500 years? To answer this question, I will investigate when, where and how these changes occurred in the Amazon environment and discuss the significance of the eco-historical archaeological remains. I will also discuss why these transformations occurred and I will also examine the populations they affected during the history of the Western colonization of the Amazon.

Keywords: Brazilian Amazon; historical archaeology; environmental archaeology; ecoarchaeology.

¹ Adaptação do capítulo: Costa, D. M. Eco-historical Archaeology in the Brazilian Amazon: Material, Natural and Cultural Western Transformations. In: Souza M.; Costa D. (Eds.). *Historical Archaeology and Environment*. Springer, Cham, 2018, p. 65-86.

1. Introdução

Amazônia o “deserto verde”, é assim que muitos estudiosos têm retratado esta imensidão do Brasil que corresponde hoje a mais de sessenta por cento do território nacional. É interessante notar como o discurso de ociosidade da Amazônia tem sido o carro chefe das transformações realizadas pela sociedade ocidental desde sua primeira ocupação. Sendo alicerçada primeiramente na ideia de vazio demográfico, uma vez que as populações autóctones nunca serviam como modelo para os projetos desenvolvimentistas. E em segundo, perseguindo um discurso científico, o qual por exemplo, afirmava que a pobreza dos solos era responsável pela falta de agricultura, ou que a insalubridade da terra e do clima era o condicionante para a apatia do povo. Entretanto, diferentemente de uma percepção de ociosidade do espaço tão em voga durante séculos de discursos oficializados, tem-se na região o uso histórico particular do meio ambiente e uma adaptação geográfica singular tanto da mata, como da água, e dos bichos.

Primeiro, porque o preenchimento da cobertura vegetal, por um lado sempre foi uma barreira para o projeto desenvolvimentista ocidental, mas, por outro lado também foi sua primeira fonte de recursos. De folhas e frutos exóticos – como o abacaxi em tupi ou o ananás em guarani – que encantava desde o maior potentado colonial como o governador da província até os diversos cronistas estrangeiros com sua coroa de espinhos, sendo mesmo designado pelos próprios portugueses como o “rei dos frutos”. Até seu princi-

pal recurso *in natura* ou a madeira, esta comercializada desde os primórdios da colonização europeia, que escolhia as melhores toras para serem exportadas para a Europa, como o cedro, piquiá, pau-santo, pau d’arco, ipê, jenipapo e outras espécies. Utilizadas desde a construção naval até a edificada, a presença da madeira Amazônica vai erguer diversos palácios, igrejas, mosteiros e conventos por toda a Europa.

Por outro lado, esta mesma mata vai ser também o berçário de várias plantas introduzidas pelos europeus na região, como a manga trazida de Caiena e que, mais tarde, vai tornar-se inclusive árvore símbolo da cidade de Belém, onde para isso o Jardim Botânico de Belém, criado em 1791², teve também um papel importante. Localizado na antiga estrada de São José, o horto era dirigido por um francês chamado M. Grenoullier, e cultivava 2.382 plantas correspondentes a 82 espécies, tanto do Pará, como de outras províncias e de Caiena. Entre as plantas cultivadas encontravam-se o abricoseiro de S. Domingos, as goiabeiras do Mato Grosso, as jaqueiras da Bahia, os maracujazeiros de Caiena e a sapotilheiras do México. Além deste, também existiu outro horto, localizado próximo ao alagado do Piri e instalado em 1809 por iniciativa do Conde dos Arcos, sendo que o primeiro ficou denominado de Jardim das Caneleiras e o segundo de Horto Botânico, ambos desaparecidos após 1830. Desta forma, os hortos de Belém acabaram sendo os principais receptores dos produtos trazidos após a invasão de Caiena pelos Portugueses em 1808³, como o cravo da Índia, noz moscada, pimenta, canela e a cana de açúcar.

² “Veio dar forma definitiva ao projeto a Carta régia de 04 de Setembro de 1789. Dois anos depois, foi o Hôrto instalado em um terreno de propriedade de Hilário de Souza e sua mulher, e por estes doado à Fazenda Real” (Cruz, 1973. p. 136).

³ “A transplantação dessa especiaria para Caiena fora trabalho paciente e delicado do governo francês. Jardineiros experimentados, técnicos de agricultura foram contratados na França e remetidos a Guiana, para o plantio daquelas árvores” (Cruz, 1973. p. 138).

Segundo, porque a ocupação da Amazônia seguiu principalmente o traçado dos rios⁴ que, dispersando a população ao longo do seu curso, não propiciou uma ocupação no modelo agrocêntrico ocidental, isto só veio a acontecer com o processo de interiorização propiciado por obras como a ferrovia Belém-Bragança no período imperial. A água na Amazônia não é só um divisor de mundos, mas também sua conexão, estes caminhos fluviais fazem a ligação entre ocupações humanas desde os períodos pré-coloniais. E tornam-se, com a chegada do europeu, também um dos principais pontos de conflito entre as potências colonizadoras. O que isola, une não só entre os pontos distantes no horizonte, mas também entre as marés, que no seu vai e vem acumulam seres em coisas flutuando pelos domínios da mãe-d'água.

E, por fim, os bichos, nos quais entre os animais mais explorados no início da colonização da Amazônia está a tartaruga⁵, alimentando desde os primeiros viajantes, como Alexandre Rodrigues Ferreira em 1784 com sua carne e ovos. A manteiga da banha de tartaruga era realmente um produto procurado, principalmente durante os meses de novembro e dezembro quando os animais se amontoavam nas praias dos rios. Sua graxa era muitas vezes utilizada para iluminação onde abastecia as lamparinas públicas e privadas. Sendo considerada a “vaca da Amazônia” pelos portugueses, para a sua criação existiam currais imensos onde foram contabilizados 2.896 animais no Rio Negro em 1785. Outro alimento muito procurado eram os peixes,

em especial o pirarucu e o peixe-boi, sendo que o primeiro era considerado o “bacalhau do Estado”, enquanto o segundo imitava o “atum do Reino”.

Além da alimentação, o exotismo também nutria o desejo pela fauna amazônica, vários eram os pedidos de importação de aves por parte dos fidalgos portugueses, principalmente as com plumagem colorida e vistosa, para que os vivos ficassem nos jardins e os embalsamados nas coleções. Nas listas de pedidos constavam periquitos amarelos, azuis e verdes, urubutingas, mutuns, araras e tuiuiús; além dos pássaros eram também exportadas mucuras, veados, coatis, macacos e onças. Entretanto, não é interesse aqui assumir uma posição política ambiental seja conservacionista ou preservacionista (Carter, 2007), mas sim perceber a influência eco-histórica da sociedade moderna sobre o meio ambiente, e vice-versa. E para isso, agora vamos fazer uma retrospectiva histórica e geográfica destes impactos pós-coloniais sobre o meio ambiente amazônico e o legado deixado através da cultura material por estas sociedades.

2. Transformações históricas e materiais na Amazônia

Nos últimos 500 anos a floresta Amazônica vem sendo drasticamente transformada pela moderna sociedade ocidental. Porém, os primeiros olhares europeus sobre o mar verde não foram dos Portugueses, mas de seus conterrâneos como Espanhóis, Ingleses, Holandeses e Franceses.

⁴ “A água que os economistas classificam de riqueza econômica por excelência indispensável à vida orgânica, assume na Amazônia, proporções extraordinárias na Geografia Física, imprimindo na Geografia Humana uma disciplina social poderosa” (Tocantins, 1960, p. 38).

⁵ “As autoridades disciplinavam os índios de maneira que eles subissem o Amazonas e o Solimões, o mais tardar em outubro, a fim de colherem as tartarugas até 25 de dezembro, e, em seguida, dedicarem-se ao preparo da manteiga, produto que, de tão necessário, converteu-se em estimável propina, recebida pelo Governador, oficiais, soldados, religiosos e juizes” (Tocantins, 1960, p. 115).

Mesmo com suas malsucedidas incursões como de Pison e Lepe no século XV, os Espanhóis foram os primeiros europeus a pisarem na Amazônia. Somente no século XVI ocorre uma efetiva expedição espanhola por todo o rio Amazonas, iniciada por Pizarro, mas terminada por Orellana, sendo também seguidas por Ursua e Aguirre. Entretanto, mais preocupados em impedir o acesso as suas valiosas minas de Potosi, a ocupação da região nunca foi uma prioridade. Os impactos ambientais destas expedições devem ter sido pequenos, e o legado material desses empreendimentos provavelmente efêmeros.

Outros europeus presentes neste período também foram os Ingleses⁶, sendo que em meados do século XVI já faziam incursões pelo litoral das Guianas, e em 1611 chegam a estabelecer uma feitoria no delta amazônico. Os Ingleses tinham no forte Camaú ou Cumaú no Cabo Norte e depois Amapá seu principal ponto de presença na Amazônia, assim como os Irlandeses a praça de guerra Torego ou Torrego na ilha dos Tacujus, depois chamado Forte Felipe quando tomado pelos portugueses. Sua penetração ocorreu pelo rio Oiapoque ocupando a margem esquerda do rio e também através de feitorias no rio Araguari. Estes contatos, por outro lado, devem ter deixado vestígios e que em alguns casos podem ser recuperados através do trabalho da ecoarqueologia histórica.

Os Holandeses em suas fortificações e engenhos de madeira como no Gurupá e Xingu⁷, já

exploravam e exportavam produtos da terra para a Europa, como o óleo de peixe-boi, desde o final do século XVI pelo menos. Na troca de produtos com os nativos, as relações sociais aumentavam e por trás delas o interesse pelo vil metal, o ouro que mais tarde vai atrair os olhares Portugueses para a região. Os primeiros engenhos de açúcar holandeses ficavam no rio Xingu, um com nome de Muturu e outro Curianiná, defendidos pelo forte Orange e Nassau respectivamente. Além do açúcar os Holandeses também comercializavam tabaco produzido na Amazônia e trouxeram os primeiros africanos escravizados para a região.

A presença dos Franceses na Amazônia remonta a data de 1583, quando começaram o comércio com os indígenas. Os Franceses também tentaram se fixar na região do Cabo Norte hoje Amapá, e em 1605 iniciam a ocupação da Guiana, e de lá tentam tomar toda a capitania. Durante o século XVII tentam fundar diversas fortificações e colônias, este conflito segue até os primeiros anos da república quando a questão é resolvida somente depois de um conflito armado na região. Em 1613, o francês Daniel de La Touche, partindo do Maranhão chega ao porto dos índios Tupinambás no rio Guamá, onde mais tarde iria sediar a cidade de Belém. Depois parte em direção ao rio Tocantins, onde toma posse também das terras que mais tarde iriam sediar a capitania de Cameté⁸. Com a intenção fixa de ocupar o Cabo Norte, a influência francesa sobre a Amazônia continuará a ser sentida pelos séculos seguintes.

⁶ “Tanto na Inglaterra quanto na Holanda foram organizadas companhias de navegação e comércio, com o devido patrocínio dos governantes destas nações, objetivando a ocupação e colonização dos territórios da Amazônia.” (Filho et al., 2001, p. 16).

⁷ À margem direita do Amazonas possuíam os fortes de Maturu, Samú, Mandiutuba, e Mariocai. Sobre as ruínas deste, mais tarde ereto o forte de Santo Antonio de Gurupá. No Cabo do Norte, edificaram um posto fortificado, entre os rios Maicaré e o Cassiporé. (Cruz, 1973, p. 48).

⁸ “Procurando dar execução aos seus planos de estender os domínios franceses pelas terras ‘banhadas pelo Paraná-assu’, de que falavam os indígenas, o qual outro não era senão o rio Amazonas, o Senhor de La Ravardiére empreendeu a viagem ao Tocantins” (Cruz, 1973, p. 24).

Após a expulsão dos Franceses, em 1614, de São Luiz do Maranhão, os Portugueses designam Francisco Caldeira de Castelo Branco para tomar posse das terras na Amazônia, começando por fundar a cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará em 1616⁹. Em 1751, mais 96 aventureiros completam a soma, agora formados por inúmeros voluntários e degredados. Os Portugueses neste período eram ligados à Espanha pelo Reino Unido [1580-1640], e tentam implantar na Amazônia o sistema de capitânias a partir de 1627¹⁰. Porém, os empreendimentos em sua grande maioria foram um fracasso, com exceção de Camutá onde o seu proprietário fundou a Vila Visçosa de Santa Cruz em 1635, hoje a cidade de Cametá. Em um local já povoado por uma missão dos índios Camutá, estabelecida em 1620, e obra do Frei Cristóvão de São José que já tinha chegado lá desde 1617.

Estes núcleos urbanos em sua maioria foram primeiro estabelecidos com colonos, muitos deles vindos do arquipélago Açoriano e depois preenchidos com degredados da metrópole, que viam no trabalho colonizador uma purgação dos seus delitos. Outras tentativas de colonização por parte do governo português também vão ocorrer como a fixação de Suíços na Vila Vistosa de Nossa senhora de Madre de Deus no rio Anarapucu entre 1766 e 1772, e no mesmo período a mais conhecida tentativa de colonização com Mazagão em 1769 por degredados portugueses da África. Seguindo o paradigma Freyriano da miscigenação, a estratégia

portuguesa sempre foi da integração das sociedades autóctones que partilharam do seu projeto colonial e a subjugação das que o não. Entretanto, a homogeneização de alguns lugares na Amazônia foi sempre mais uma consequência do que um planejamento.

Os impactos ambientais destas ações estão hoje perpetuados em um legado material persistente em determinados locais na Amazônia. Por mais de meio milênio, a floresta Amazonica vêm sendo transformada histórica e materialmente por atividades da sociedade ocidental moderna. E como principal exemplo destes eventos, vamos explorar os contextos coloniais urbanos. Fortes e missões foram os primeiros pontos de fixação do reino nas terras tropicais, seguindo a lógica de desbravamento e aproveitamento, estes lugares vão propiciar os primeiros aglomerados ocidentais no seu entorno.

Como tentativa de impedir o avanço de outros europeus na Amazônia, os Portugueses começam a erguer uma série de fortes na região no século XVII, como: o forte do Presépio em 1616, o forte de Gurupá em 1633, o forte de São José do Rio Negro em 1669, o forte de Parus em 1685, o forte de Macapá em 1688, e os fortes de Santarém antes chamado de Tapajós e o de Óbidos antes chamado de Pauxis em 1697. No Amapá também existiu o forte do Desterro destruído em 1697 pelo governador de Caiena, e outro na embocadura do rio Toeré com o mesmo nome. E em Belém o Forte de São Pedro Nolasco, situado nos fundos do Convento das Mercês construído em 1665 e que não existe mais¹¹.

⁹ “No ano de 1676 desembarcam em Belém, 50 famílias procedentes dos Açores, destinadas a trabalhos sistemáticos de agricultura, cuja experiência ia ser feita” (Cruz, 1973, p. 63).

¹⁰ “A de Caeté, a de Camutá, a do Cabo Norte, a do Marajó, a do Xingu, a de Gurupá” (Tocantins, 1960, p. 40).

¹¹ “Outro forte de relevante importância na história colonial paraense, foi o de Nossa Senhora das Mercês da Barra, que não mais existe, destruído por uma explosão. Cruzava a Fortaleza da Barra fogos com o Fortim que lhe ficava fronteiro, e com a bateria da ilha dos Periquitos, situada mas abaixo do rio” (Cruz, 1973, p. 49).

Em complemento a linha de defesa no século XVIII, também temos: os fortes de São Gabriel da Cachoeira e São José do Marabitanas em 1761, forte de São Joaquim em 1775, forte de São Francisco Xavier de Tabatinga em 1776, e o forte do Príncipe da Beira em 1785. Os impactos ambientais destas ocupações primárias, foram as transformações da paisagem em larga escala, e seus efeitos políticos, sociais e econômicos nas sociedades em seu entorno.

Entretanto, antes das ações da realeza os religiosos já haviam se estabelecido em diversas áreas da Amazônia. Os primeiros a chegar foram os freis Capuchos de Santo Antonio já no ano de 1617, depois os carmelitas e mercedários em 1626 e 1627, e por fim os jesuítas em 1636. As missões eram empreendimentos autossustentáveis com produção de algodão, farinha, açúcar e aguardente, criação de gado, coleta de peixe e drogas. A ordem dos Capuchos de Santo Antonio além de construir seu convento em Belém em 1626, em 1757 e 1758 fundaram dois núcleos de catequese em Almerim e outro em Chaves. Enquanto a ordem dos Capuchos de São José chegou em 1639 na antiga ocupação holandesa da aldeia Maturu hoje Porto de Moz. Já os Capuchos da Piedade que chegaram também 1639 em Gurupá construíram lá um Hospício, e depois fundaram várias aldeias como de Surubiú hoje Alenquer, Jumundás hoje Faro, Guarupatiba hoje Monte Alegre, Pauxís hoje Óbidos, Outeiro hoje Prainha e a aldeia de Jurití.

Os Mercedários ergueram em 1640 seu convento e também fundaram a aldeia de Mangabeira no Marajó-assu, hoje Ponta de Pedras. Os carmelitas

construíram o primeiro convento em 1626, substituído por outro em 1696 e finalmente um último em 1708; em 1645 fundam um convento em Gurupá, e em 1733 uma igreja em Vigia. Os jesuítas, realmente se só fixam na região em 1653, inaugurando o seu colégio em 1668 seguindo para o Marajó onde criavam gado, em 1731 constroem outro colégio em Vigia, mas seu conflito pela mão de obra indígena com os colonos prossegue até sua expulsão em 1757, e no ano seguinte as demais ordens.

Até 1755 sessenta e três aldeias missionárias abrigavam mais de cinquenta mil indígenas, e estavam divididas entre seis ordens diferentes, sendo 26 sob a administração dos padres jesuítas e outros 26 sobre a administração dos padres capuchos¹². Os impactos ambientais destes empreendimentos foram enormes, desde a importação de plantas e animais exóticos até a exportação da fauna e flora endógena. Os aspectos comerciais das missões também foram sem paralelos; onde em um mundo pré-industrial sua organização interna e externa assemelhava-se ao do mundo moderno. Do embrião das aldeias missionárias surgiram quase todos os municípios atuais na Amazônia brasileira hoje, erigindo no seu centro com salvas de canhão e o pelourinho como marca da secularização das aldeias. Em 1753, estas sessenta e três aldeias abrigavam mais de cinquenta mil indígenas, e estavam divididas entre seis ordens diferentes.

Belém foi a primeira cidade portuguesa na Amazônia, fundada em 1616 como baluarte para a expulsão dos Ingleses e Holandeses que tentavam ocupar as feitorias amazônicas. Desembarcando

¹² “A carta régia de 1693 estabeleceu zonas de influência para as ordens pias. Os jesuítas ficaram com a margem meridional do Amazonas, os frades capuchos de Santo Antonio com a região do Cabo Norte e a margem setentrional do rio-mar, cabendo o distrito de Gurupá aos padres da Piedade” (Tocantins, 1960, p. 45).

na parte mais alta do terreno, o português Castelo Branco logo começou a construção de um forte chamado Presépio e uma capela para N.S. da Graça, denominando o local de Feliz Lusitânia e sobre a proteção de N.S. de Belém. Porém, por três vezes seguidas houve a tentativa de mudança do local, todas sem sucesso, a primeira em 1619 para a ponta do mel hoje pinheiro, a segunda em 1633 para a ilha do Sol hoje Colares, e a última em 1655 para a aldeia dos Aruans¹³ na ilha de Joanes e não para a vila de Joanes.

No século XVII¹⁴, as construções religiosas tomavam a paisagem de Belém, como o Hospício do Una obra dos Capuchinhos de 1617, o Convento do Carmo de 1626 dos Carmelitas e o das Mercês de 1640 dos Mercedários, e 1653 ano da chegada dos Jesuítas é também o da construção a casa da Alfândega, os Jesuítas só foram se fixar em 1668 no Colégio e Igreja de Santo Alexandre. No primeiro quartel do século XVIII, já existia em Belém a Casa da Residência para os governadores, sendo reconstruída em 1762 por Antonio Landi, e os Paços do Conselho onde funcionava o Senado e a Câmara. Nesta época a cidade dividia-se em dois bairros a Cidade Velha e a Campina, as casas com paredes de taipa e pilão não possuíam telhas e sim palhas e as janelas eram fechadas com tecido.

Nas estradas do entorno e na beira do rio Guamá, plantava-se cacau, baunilha, cravo, canela, açúcar, algodão o qual o excedente era vendido por ordem real até 1864. Em meados do século XIX a

cidade de Belém do Pará apresentava na visão dos viajantes europeus, edifícios “tristonhos”, gente “indolente”, em ruas sem calçamento. Em 1902 com o auge da borracha contava com mais de 150.000 habitantes, ruas com mais de 40 metros de largura, e cercadas por mangueiras e praças no estilo europeu¹⁵. Manaus, por outro lado, fundada em 1657 só tornou-se capital da província do Amazonas em 1850. Como bastião para a ocupação da Amazônia, tornou-se o El Dorado da borracha ou ouro negro. Em 1865 Manaus era na visão dos viajantes só um aglomerado de casas, com construções oscilantes decorados com nomes de edifícios públicos. No início do século XX com a ascensão da borracha chegou a 50.000 habitantes, com ruas alinhadas e espaçosas.

Os ambientes urbanos na Amazônia são sem dúvida alguma um artefato claro das transformações de longa duração humanas ocorridas na paisagem. Os impactos das atividades sociais no espaço natural vêm sendo manifestadas desde estas primeiras ocupações ocidentais em diversas áreas. Semelhantes, portanto, aos exemplos de Belém e Manaus, muitas outras cidades na Amazônia foram aglomeradas no entorno de fortes e missões, que por sua vez, também foram construídos sobre antigas aldeias indígenas. Por outro lado, populações atuais como as dos ribeirinhos que ficam a margem destas imensas malhas urbanas, ainda mantem uma amalgama entre tradições pré-coloniais e a vida moderna.

¹³ “Esta aldeia era dos índios Sacacas, sob invocação de N.S. do Rosário e a sua situação em costa desabrigada e parcelada não podia ser proposta para assento da cidade” (Barata, 1973, p. 210-11).

¹⁴ “No ano de 1650, trinta e quatro anos depois de lançados os fundamentos do Pará, a população de Belém contava 80 almas, sem contar os nativos, os soldados e os religiosos” (Cruz, 1973, p. 34).

¹⁵ “A cidade não se expandiu para o oeste, na direção da floresta amazônica, antes recuou para a sua fronteira oriental, na direção do mar [o salgado paraense], num movimento que a Estrada de Ferro de Bragança viria sancionar – e consolidar” (Carneiro, 1980, p. 182).

3. Transformações ambientais e naturais na Amazônia

A sociedade ocidental vem transformando a floresta amazônica nos últimos 500 anos principalmente de duas formas, primeiro como fonte comercial de produtos prontos e depois como fonte de matéria-prima para produtos manufaturados. Estas práticas iniciadas desde antes do estabelecimento dos primeiros europeus em solo amazônico vem sendo até hoje empregadas em toda a região.

As drogas retiradas das entranhas da floresta são muitas, como as sementes e raízes aromáticas e palatáveis, plantas medicinais, colorantes, resinas, óleos vegetais e animais, plumagem, couros e peles. Entretanto, já no período colonial a colheita fora da época era passível de até dois meses de cadeia e uma multa de vinte mil réis. Especiarias como cravo, canela, e noz moscada já eram a muito conhecidas pelos europeus vindas do oriente, onde através da herança árabe os portugueses souberam manter o controle comercial. No Brasil a canela foi achada em estado natural na Amazônia, porém era de qualidade inferior à indiana. Portanto, as mudas plantadas no Grão-Pará foram trazidas pelos padres da Bahia onde era usada também como estimulante e tônico desde 1731¹⁶. Quanto ao cravo e a noz moscada, estas foram contrabandeadas de Caiena mesmo sob a vigilância dos franceses, para além do paladar também serem utilizados como tratamento da dor de cabeça. Enquanto a baunilha nativa do México vai ser uma das primeiras especiarias do novo mundo a agradar o paladar europeu.

O universo das plantas medicinais também era imenso e para isso podemos citar: a quina contra febre; o guaraná primeiro utilizado para tratar diarreias, dores de cabeça, rins e como afrodisíaco; a salsaparrilha contra a sífilis e reumatismo; o sassafrás que também ocorre em todo o Brasil contra o darto; a canafístula usada para purgatórios; a casca preciosa aromática era usada também contra a má digestão, antiespasmos e bronquite; a casca da árvore do caju para a icterícia; a raiz de genciana boa para o estomago e que também melhora o fluxo menstrual; a raiz de manacá contra doenças venéreas; a raiz de tajaromboca para problemas nos pulmões; o leite de curupira usado em dores no peito e fraturas; o puxuri que além de agradar os narizes, também era usado para vômitos e diarréias; e o urucu que além de ser utilizado na cozinha para a coloração dos alimentos, também tem uma raiz digestiva e sementes expectorantes. Assim como os óleos de copaíba e merium, ou as manteigas de tartaruga e boto que vão ser acrescentadas ao boticário e dieta dos colonizadores.

Exportadas para a Europa, estas folhas, cascas, raízes, seivas e sementes abasteciam de hospitais a casas de família com suas mezinhas, e em um tipo de infusão medicinal hoje chamado de garrafada no norte. Os impactos ambientais destas coletas nunca foram tão grandes, pois estes recursos naturais tinham seus espaços e tempos ditados pelas florestas. Por outro lado, os feitos políticos, sociais e econômicos nas sociedades nativas foram enormes, causando uma completa desestruturação após o contato colonial.

¹⁶ “Os hortos de caneleiras, mandados plantar nesta cidade [Belém] pelo governador conde dos Arcos em 1804, chegaram a produzir anualmente 200 arrobas dessa especiaria, extraída de 972 pés daquelas árvores” (Barata, 1973, p. 318).

Antes da chegada dos portugueses no Grão-Pará, engenhos de açúcar já viam sendo implantados por holandeses no Xingú e pelos ingleses no Amapá. Vindos do nordeste, os portugueses tinham, portanto, uma dupla missão expulsar os franceses de São Luis, os ingleses e holandeses da Amazônia, e fundar engenhos e canaviais seguindo um modelo nordestino para a região¹⁷. Entretanto, as canas de açúcar já eram conhecidas dos indígenas, tanto que foram oferecidas como presente a Pedro Teixeira e seus homens durante a sua viagem de Belém a Quito de 1637 a 1639¹⁸. O primeiro português produtor de açúcar no Grão-Pará foi o próprio Francisco Caldeira de Castelo Branco que também fundou o Forte do Presépio entre 1616 e 1618, seguido por Feliciano Coelho que montou um engenho de açúcar na sua Capitania de Camutá em 1634, confirmado por uma ordem régia em 1667 mesmo ano que autoriza a entrada de mudas da ilha da Madeira. As ordens religiosas também construíram os seus engenhos, sendo os mais famosos o Engenho de Santa Teresa de monte Alegre na margem esquerda do rio Bujaru dos frades do Carmo em 1627, e o Engenho de Jaguarari no rio Moju este dos padres jesuítas em 1669.

Em 1751 já existiam no Pará 24 engenhos de açúcar¹⁹, entre os destaques encontravam-se os engenhos do Murutucu²⁰, Jaguarari, Cafezal, Monte Alegre, e Palheta (Garcia & Lobato, 2011). Desde 1723 a distribuição de sesmarias para engenhos na região do rio Guamá era grande, depois seguindo pelo rio Capim, Gurupá, Arari e Anajás entre outros. Em Belém os engenhos ficavam concentrados na faixa que ia da Travessa São Matheus, divisa da Campina com o a Cidade Velha, até o convento de São Boventura, hoje Arsenal da Marinha. Em 1740, o açúcar era moeda corrente da província, assim como o cravo, o cacau e os novelos de algodão, valendo três mil reis a arroba. Porém, já em 1761 uma ordem régia declarava a má qualidade do açúcar apesar de seu tempo de colheita durar até trinta anos, sendo que em 1797 começou a introdução da cana de melhor qualidade de Caiena.

Porém, a produção de açúcar sempre ficou em segundo plano no Grão-Pará, sendo a prioridade dada à aguardente. Em 1751, já se encontravam 77 molinetes para fabricação de cachaça ao lado das 24 engenhocas de açúcar nos engenhos, que mesmo indo contra a ordem régia de 1706 que proibia a fabricação da cachaça, faziam deste o seu principal produto de exportação para África, Açores, Portugal

¹⁷“Tudo leva a admitir que o ideal dos capitães da conquista amazônica haja sido a fundação da indústria açucareira no Pará.” (Tocantins, 1960, p. 60).

¹⁸“E Jan de Laet, na sua História do Noco Mundo [1633 a 1640], falando nos frutos indígenas do continente amazônico, frequentado desde 1598 pelos ingleses e holandeses, diz que ‘as cannas de assucar nascem em vareos logares’” (Barata, 1973, p. 314).

¹⁹“Foram prósperos e opulentos em tempos idos, os engenhos: de Valde Caens, na baía do Guajará; o de S. Matheus, no rio Barcarena; de Mucajuba, de Guaramucú, do Jardim, de N.S. das Estrella do Monte Libano ou Pernambuco, no rio Guajará, vulgo Guamá; de Guajarámiri, no rio deste nome; de Utinga e de Murutucú, nos iguarapés dos mesmos nomes; de Itacuan, de Ibirajuba ou Barajuba, de Carambaba, de Jaguarari, de Itaboca, de Juquiri, no rio Moju, de Taperuçu e de Apuruaga, no rio Capim; de Tauaú e de Itapicurú, no rio Acará; de Marapatá, na baía deste nome; de Curuçambaba, no rio Tocantins, de Marauaú, junto ao rio Canaticu” (Barata, 1973, p. 316-8).

²⁰“O Engenho Murutucu principiava no igarapé Tucunduba e ia até o igarapé Uriboça, onde se achavam as terras da fazenda Utinga. O Engenho pertenceu ao tenente-coronel de milícia João Antonio Rodrigues Martins. A capela de Murutucu construída me 1711, e restaurada pelo arquiteto José Landi em 1762, era dedicada a Nossa Senhora da Conceição” (Cruz, 1973, p. 65).

e depois Brasil. Como medida deste tráfico temos a exportação de pipas de aguardente que em 1816 foi de 788, e já em 1817 foi de 962, sendo que mais de um século depois de 1948 a 1952 já alcançava dez vezes mais que a exportação de açúcar da Amazônia.

O tabaco, assim como a cana de açúcar, também era encontrado nativo na Amazônia e foi outro produto de exportação do Grão-Pará, tanto que em 1754 seus lavradores fizeram uma manifestação contra a fiscalização da produção e a nomeação de somente Senhores de Engenho para a inspeção real da província. Os impactos ambientais das plantações de açúcar e tabaco na Amazônia colonial nunca foram totalmente medidos, mas os efeitos deixados foram de alguma forma mais locais do que mundiais. Em outra forma, as estruturas dos engenhos utilizados na exploração da cana principalmente são os marcadores materiais destes empreendimentos e o estudo ecoarqueológico destes podem revelar as práticas cotidianas de seus habitantes.

Mas nenhum outro produto americano impactou tanto a Europa logo depois da chegada dos europeus quanto o cacau, que, utilizado como moeda corrente desde o período pré-colonial, toma conta do mercado financeiro até pelo menos 1750 na Amazônia. Quando por ordem real é introduzido o uso da moeda metálica na troca dos produtos, com penas severas para quem descumprisse ou utilizassem o metal para outros fins. Da Amazônia saíram às primeiras sementes que foram germinar a indústria cacaeira na Bahia ainda em 1655²¹, enquanto o chocolate também criado no Grão-Pará em 1687

por um francês era comercializado diretamente com a Europa. Seu declino acontece somente em meados do século XIX, quando surgem as grandes plantações na Bahia.

O cacau a princípio era colhido nas matas, sendo designado como cacau bravo; o seu primeiro cultivo foi feito em 1678 por ordem do rei de 1677, e depois disso começou a ser denominado cacau manso. Em 1680 a corte libera de impostos o seu plantio por seis anos, assim como a baunilha e o anil por quatro. Em 1730 já havia no Grão-Pará um milhão e meio de pés, mas em 1749 este número já era de setecentos mil. Em 1750 a exportação de cacau para Portugal alcança a marca de 64.427 arrobas. Cacau foi o primeiro produto a ser cultivado para exportação na floresta Amazônica, com fazendas no Tocantins e no Tapajós regidas pelo trabalho escravo, primeiro indígena e depois africano.

Primeiramente coletado na sua forma original na mata, o chamado arroz vermelho foi substituído em 1772 pelo arroz branco trazido da Carolina-EUA pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Formou uma monocultura de exportação para Portugal, e foi plantado nos arredores de Belém no final do século XIX; quando já contava com usinas de beneficiamento, como o engenho do norte-americano Upton no furo do Maguari no Marajó, ou no canal Arrozoal em Barcarena. A primeira exportação do produto da Amazônia ocorreu em 1773²², quando o tenente coronel Theodosio Constantino de Chermont e arroteiro, embarca 30 sacas para Lisboa, de seu próprio engenho.

²¹ “Dentre outros muitos e grandes cacauais, avultavam o cacau real de Villa Franca e, no baixo Tocantins, o dos Moraes Bittencourt, senhores de Carapajó, de quem fala com elogio o bispo, seu hóspede, D. Frei João de S. José de Quiroz” (Barata, 1973, p. 308).

²² “Sabe-se que, entre os anos de 1773 e 1800, o Pará exportou para Portugal 2055 arrobas do produto.” (Tocantins, 1960, p. 181).

As primeiras mudas de café foram trazidas para a Amazônia pelos Holandeses que plantaram em sua colônia no Suriname em 1720. Entretanto os franceses em 1723 contrabandeiam algumas mudas para Caiena. Por sua vez, em 1724 Francisco Xavier Botero, transporta algumas mudas e sementes de Caiena para Belém, onde em 1731 já se observam diversas plantações gerando inclusive excedente. Entre os primeiros cafeicultores encontra-se Agostinho Domingos de Sequeira, com suas fazendas no Guamá, já a primeira exportação acontece em 1732 na barca Santa Maria com sete libras. É curioso notar também que, segundo alguns historiadores, o produto depois teria sido levado ao Maranhão e outras capitânicas, até chegar ao Vale do Paraíba onde fundou a gigantesca indústria cafeeira. Porém, na Amazônia sua produção para exportação encerrou-se em 1870.

A produção de algodão também se fez presente durante o processo de colonização da Amazônia, sendo como produto de exportação ou consumo. Crescendo espontaneamente, sua manufatura em novelos valia até mesmo como moeda corrente conforme o peso em 1749. Em determinado período chegou a ser o produto número um da colônia, usado para confeccionar roupas, redes e velas. Suas primeiras sementes foram trazidas pelo fran-

cês Albanel de La Sablier de Caiena, assim como modernas técnicas de descaroçamento²³. Durante o final do século XVIII e início do século XIX os grandes produtos de exportação do Grão-Pará foram o Cacau, o Arroz, o Café e o Algodão. Muitos desses produtos só tinham como destino Portugal, porém é só depois de 1808 com a abertura dos portos, que outros mercados internacionais e mesmo outras províncias no Brasil também começam a serem praças de comércio para a Amazônia²⁴. Por outro lado, as primeiras cabeças de gado aportaram em Belém em 1644, vindo de Cabo Verde os bois e vacas eram destinados aos quintais das casas, quintas e herdades próximas. Na ilha de Joanes as primeiras fazendas começam a surgir em 1680 na parte oriental e central, como a fazenda Amanigetuba de Francisco Rodrigues Pereira no rio Arari, e só depois de 1757 as demais fazendas da costa ocidental que nesta época possuíam mais de 400.000 cabeças²⁵. Em 1726 foi criado o primeiro açougue em Belém, em uma casa térrea com três portas e de fundos para a praia onde desembarcavam o gado das fazendas do rio Arari. Em 1781 é transferido para a margem esquerda do igarapé S. José, em 1840 para a Rua Espírito Santo, em 1864 para a travessa matadouro e finalmente em 1912 para a margem esquerda do rio Maguari²⁶. A partir

²³ “Quase todas as casas possuíam descaroçador, roda de fiar e o tear, hábito que se conservou até os primeiros tempos do império” (Tocantins, 1960, p. 98).

²⁴ “Além desses produtos principais, cultivados ou colhidos nas matas, o Pará também exportava os seguintes produtos secundários: açúcar, aguardente, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puchiri, toros e pranchas de madeiras diversas, couros secos, salgados e cortidos, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, algodão em fio, samaúma, mel, tapioca, castanha, cebo em pão, guarná, manteiga de tartaruga, sabão, goma, copal, breu, chocolate, etc.” (Barata, 1973, p. 307).

²⁵ “Em 1783 havia na ilha 153 fazendas de gado vacum e cavalari, as quais, em 1803, subiam ao número de 226.500 cabeças de gado bovino” (Barata, 1973, p. 327).

²⁶ “Nos anos de 1825-1827 talharam-se nos diversos açougues desta cidade 31.730 reses, o termo médio correspondente a cada ano 10.576 reses. Em 1828 talharam-se 11.037 reses, que regularam em 32 reses por dia, com pequena diferença para mais, sendo a população da cidade, por esse tempo, de cerca de 12.500 a 13.000 almas” (Barata, 1973, p. 329).

de 1885, a indústria pecuária do Marajó entra em franca decadência, assim como também não foram produtivas as experiências de agricultura, como os engenhos de açúcar, as lavouras de arroz, milho e mandioca, ou fábricas de manteiga e queijo.

Todavia, nenhum outro produto foi tão intensamente impactante dentro e fora da Amazônia como a borracha. Já nas primeiras viagens de Cristóvão Colombo, as estranhas bolas feitas com látex da seringueira impressionavam os olhos e ouvidos dos Europeus. Após inúmeras incursões por toda a Amazônia para aprender e apreender o processo de extração da seiva em 1736 o astrônomo francês, Charles Marie de La Condamine consegue não só reproduzir o processo, como também alterá-lo para fabricação de outros artefatos²⁷. Após anos iniciais²⁸ os seringalistas varrem a região do rio Jari, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus e Juruá, conduzindo levadas de imigrantes nordestinos até o final do século XIX. Na procura por novas seringueiras cabe destacar o conflito ocorrido na região do Acre, assim como a concentração de renda em Manaus e Belém. Começando com a importação de sapatos, os Estados Unidos tornam-se um grande comprador de borracha amazônica, assim como a Europa. Após 1850 o próprio Estados Unidos começa a fabricar os sapatos, e tornando-se tão somente importador de matéria-prima²⁹.

Mas foram as invenções de fora como a vulcanização descoberta pelo inglês Thomas Hancock

e o norte-americano Charles Goodyear em 1844, e o pneumático pelo irlandês John Boyd Dunlop em 1888, que consolidaram o mercado para a borracha amazônica até o início do século XX. Após o início do século XX o comércio da borracha entra em declínio na Amazônia, substituído pelas novas plantações na Ásia onde eram cultivadas de forma mais produtiva. Porém, em meados do século XX e por motivo da Segunda Guerra Mundial, uma nova corrida pela borracha tem início, principalmente capitaneado por interesses norte-americanos.

Dentro os diversos instrumentos utilizados pelos seringueiros na extração do látex, como as cabacinhas de cerâmica ou a faca de seringa, existiam também muitas ferramentas naturais como o uso da concha do caramujo – ampulária – para coletar a goma, ou todos os implementos como formas e chaminés que ficavam embaixo do tapiri para a defumação da borracha. Os efeitos do comércio da borracha também são um forte legado que se mantém relevante até hoje na sociedade amazônica.

4. Transformações Sociais e Culturais na Amazônia

A floresta Amazônica vem sendo transformada pela sociedade ocidental nos últimos 500 anos, não só por meio da ação direta do colonizador europeu, mas também pelo mando ao indígena e ao africano.

²⁷“Depois viajando pelo rio, de Quito a Belém do Pará, surpreendeu os portugueses fazendo com o leite bombas e seringas, em forma de peras ocas, e garrafas, botas, bolas” (Tocantins, 1960:152).

²⁸“Os seringais organizaram-se, primeiro, nas cercanias de Belém e no baixo Tocantins. A procura mais persistente da árvore de leite forçou as levadas humanas a descerem aquele rio, e a penetrarem na região de Breves e anajás, na Ilha de Marajó” (Tocantins, 1960, p. 168).

²⁹“Em 1855 subiu a exportação da borracha a 178.840 arrobas, tendo, chegado a valer o preço de 36\$000 [réis] por arroba. Nunca viu o Pará tanta moeda de ouro em circulação; o dólar americano andava em todas as mãos. O povo chamava-lhe pichilinga” (Barata, 1973, p. 320).

O primeiro impacto ambiental realizado pelo colonizador europeu na floresta Amazônica foi a escravidão do indígena. Começando com os escambos usais pelas drogas do sertão e passando para as missões religiosas por quase dois séculos³⁰. O indígena, sob o olhar europeu, existia somente em duas condições, a do gentio que vivia livre e bárbaro na floresta ou do cristão que vivia semi-livre ou escravizado junto aos europeus. Mais do que ser colonizadores, os portugueses queriam ser aristocratas no novo mundo, por isso a mescla de inveja e desejo que os colonos tinham sobre os índios dos padres. O indígena escravizado era utilizado para tudo, o homem servia para pilotar canoas, colher produtos do sertão, pastorear o gado, roçar as plantações, produzir farinha, cultivar cana, arroz, tabaco. Já a mulher era empregada em casa, ama de leite, descaroçava o algodão e fiava tecidos, produzia cerâmicas. Com a expulsão das ordens religiosas do Brasil em 1750, o cenário muda já que o indígena agora também era livre da escravidão.

As bandeiras portuguesas já vinham explorando o então mundo amazônico, primeiro em busca do ouro, depois pela caça aos índios ou com a troca de objetos por especiarias. Nestas “guerras justas” três tipos de ações eram permitidos, os cativeiros, os resgates, e os descimentos. Os cativos eram os indígenas aprisionados durante os conflitos, enquanto os resgatados eram os indígenas trocados por objetos com outros grupos, já os descidos eram os indígenas levados às missões para trabalho lá ou nas vilas³¹. A transformação do ambiente ama-

zônico teve o seu primeiro agente de impacto no uso indiscriminado da mão de obra indígena, onde estava centrado todo o empreendimento colonizador europeu. O indígena escravizado era utilizado do campo a casa, do comércio a guerra, porém sendo sempre mais a extensão do que o apêndice da sociedade colonizadora.

Entretanto, além dos indígenas escravizados, os africanos escravizados também vão se tornar os principais agentes impactantes do meio ambiente amazônico, a mando do colonizador europeu. Presentes desde as primeiras investidas europeias na Amazônia, os descendentes de africanos escravizados tornaram-se hoje uma grande parte da sociedade amazônica. Provenientes em sua maioria de reinos Africanos como Angola e Cabo Verde através das ações das Companhias de Comércio no século XVII e XVIII, e do comércio interno de praças como a Bahia e o Maranhão. Os registros oficiais apontam para os anos de 1682 a 1685 para o primeiro transporte de 6.000 africanos escravizados dos portos de Cacheu e Bissau para a Amazônia, através de Companhia de Comércio do Maranhão com sede em São Luis. Em 1699 o Rei de Portugal ordenava que todos os escravos vindos da Guiné deviam se dedicar integralmente a lavrar cana e fabricar açúcar nos engenhos. Depois, esta vem a ser substituída pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, empreendimento do Marques do Pombal, durante os anos de 1756 a 1778, e que teria trazido mais de 14.000 africanos, totalizando em torno de

³⁰“A exploração florestal, na base das especiarias, jamais teria criado módulos estáveis de civilização no interior do vale se o missionário estivesse ausente da empresa colonizadora” (Tocantins, 1960, p. 46).

³¹“Não obstante a intenção disciplinadora da lei, cometiam-se os maiores abusos, desatinos e burlas, na prática daqueles três processos, os quais, na realidade, se convertiam em três processos escravistas” (Tocantins, 1960, p. 67).

20.000 escravos. Em 1848 o Convento do Carmo possuía também quatro fazendas com 300 escravos.

Cabe notar, entretanto, que sem dúvida a principal voz proclamada por esta grande parcela da população foi a Revolta da Cabanagem de 1835 a 1840. Mas que mesmo tendo um cunho popular e contra a opressão e exploração governamental, o movimento da cabanagem acabou marcado pelas grandes atrocidades de ambos os lados e disputas internas³². A sociedade ocidental, por outro lado, tem transformado a floresta amazônica nos últimos 500 anos tanto para o comércio como para a indústria. As Companhias de Comércio foram também exemplo da utilização do espaço amazônico como forma de ganho, mas um ganho monopolizado que muitas vezes não tinham os mesmos objetivos do estado.

Criada pelo Marques do Pombal em 1755, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão com sede em São Luís e um escritório em Belém, vai ser um exemplo. Tinha como objetivo concentrar o comércio e transporte dos africanos escravizados trazidos para o novo mundo. E outros como a potencialização da produção de algodão, seja desenvolvendo novas tecnologias ou novos produtos, como a introdução do arroz branco procedente dos Estados Unidos. Como principal oponente encontrava os padres jesuítas que não mediam esforços em proclamar sermões contra o monopólio exercido³³.

Entretanto, todos estes investimentos não objetivavam o estabelecimento de um empreen-

dimento produtivo de longo prazo no território, mas sim suprir momentaneamente uma demanda do mercado. Sendo que uma vez acabado o monopólio de transporte e comércio, a companhia foi logo liquidada (Shikida, 2007). A Companhia de Comércio do Grão-Pará além concentrar o comércio e transporte dos africanos escravizados. Também vai possuir vários estaleiros em Belém para a construção de embarcações em toda a escala de classificação marítima da época como: charruas, bergatins, chalupas, naus e brigues.

A navegação pela Amazônia sempre foi o meio de transporte primordial, desde as antigas canoas dos indígenas, até lanchões do período colonial, os regatões do período imperial, e os vapores do período republicano. O primeiro grande navegador português foi sem dúvida Pedro Teixeira que antes já havia estabelecido a ligação entre o Pará e o Maranhão internamente, seguindo a rota Belém, Ourém, Bragança e Turiaçu. Em 1637 com 60 soldados e 2.500 indígenas começa a epopeia de subir o Amazonas até Quito onde regressou em 1639, o objetivo da expedição era reconhecer o rio, estabelecer fortificações, se relacionar com os índios, e fundar uma povoação no limite das duas coroas chamada de Franciscana³⁴.

Porém, com o advento da borracha a navegação na Amazônia ganha mais um papel internacional, com a entrada de inúmeros barcos gaiolas fabricados nos estaleiros ingleses e que ligavam a floresta a Europa. Hoje, a água continua a ser um

³² “Todo o tempo em que Belém, esteve sob o jugo revolucionário, as atividades comerciais, industriais e rurais viveram em relativo abandono” (Cruz, 1973, p. 347).

³³ “Por uma dessas coincidências merecedoras de registro, a 16 de junho de 1780, fundeava no Guajará a nau ‘Nossa Senhora da Arrábida’ de propriedade da Companhia do Comércio. Nessa embarcação haviam de sair do Pará, os jesuítas” (Cruz, 1973, p. 37).

³⁴ “A conquista do Amazonas por Pedro Teixeira e seus companheiros de jornada, foi o feito mais notável do período colonial no norte do Brasil” (Cruz, 1973, p. 44).

dos principais recursos, não somente como meio de conexão entre as pessoas, mas também como um ponto nodal que conecta diversas comunidades na Amazônia.

5. Considerações finais

Se hoje estamos cada vez mais convencidos de que a natureza e a cultura não estão tão separadas como se pensava desde o advento do mundo moderno (Latour, 1994). É fácil ver o quanto a política e ciência hoje se fundem em debates como o do Antropoceno (Latour, 2014). A ação do homem vem transformando o meio ambiente local já há bastante tempo, porém hoje este impacto tem tido efeitos em escala global na terra, no ar e no mar.

Como exemplo, o processo Haber-Bosch de transformação do nitrogênio em amônia para ser utilizado em fertilizantes descoberto no início do século XX tem alterado o ciclo global de nitrogênio de tal forma que este fenômeno só teve comparação em eventos ocorridos a 2.5 bilhões de anos atrás. Outro exemplo, é que a atividade humana desde 1750 já liberou quantidade de CO₂ na atmosfera maior do que a ocorrida a mais de 800 mil anos atrás, o que provavelmente pode atrasar inclusive a próxima glaciação, e que já elevou o nível de acidez do mar a um patamar maior do que a 300 milhões de anos atrás (Lewis & Maslin, 2015).

Outros efeitos da ação humana sobre o meio ambiente também são sentidos por todos os outros seres vivos do globo. A apropriação de mais de 25 a 38% de toda a matéria prima do planeta nos últimos séculos por parte dos humanos reduz a oferta para todas as outras espécies. Enquanto a transformação de terras para produção de alimentos, combustíveis,

fibras e pasto, combinado com caça e criação já resultou na extinção de várias espécies 100 a 1.000 vezes mais do que qualquer outra taxa anterior. Por fim, o transporte de espécies pelo mundo tem contribuído para a homogeneização da biota terrestre, evento ocorrido somente antes da separação do Pangea a aproximadamente 200 milhões de anos atrás (Lewis & Maslin, 2015).

O Antropoceno implica que os impactos humanos sobre o meio ambiente são hoje maiores do que nunca, e que por isso a Terra teria entrado em um novo período geológico. O conceito do Antropoceno foca nas mudanças ocorridas durante o século XX, que são muitas como o início da era industrial, desmatamento em grande escala, uso de combustíveis fósseis, consumo de fertilizantes, represamento de rios, aumento da urbanização, crescimento populacional, e modificações genéticas. Por outro lado, a ideia da Terra como um sistema único, ou a teoria Gaia também tem apresentado a relevância desta discussão (Steffen *et al.*, 2011).

A ideia de que hoje vivemos em um novo estrato geológico denominado Antropoceno não é nova, uma unidade de tempo geológica relacionada com ação humana já vem sendo discutida desde o final do século XVIII com o Antropozoico e até meados do século XIX com o Holoceno. No século XX o período Quaternário entra em cena, mas é em 1922 que pela primeira vez o termo Antropoceno é utilizado por um geólogo russo Aleksei Pavlov para descrever o estrato geológico do presente. Entretanto foi o termo Holoceno que venceu até então, sendo que este designa o surgimento do homem após a última glaciação e não sendo necessário a criação de outro termo para designar a presença humana na terra (Lewis & Maslin, 2015).

Mais do que científica a pergunta sobre quando o Antropoceno começa é também política, pois estabelecendo um marcador como a revolução industrial, ou a invenção do motor a combustão em 1784, acarreta responsabilizar determinadas sociedades sobre as causas e consequências de uma drástica mudança ambiental em nível global. Por outro lado, outros marcadores estratigráficos globais também são encontrados como o registro dos testes nucleares de meados do século XX. Alguns especialistas apontam o uso do fogo, extinção da megafauna, invenção da agricultura, ou a domesticação do gado como o primeiro marcador do Antropoceno, porém nenhum destes apresenta evidência suficiente para poder ser considerado como tal (Lewis & Maslin, 2015).

A biodiversidade é um indicador importante do estado de um ambiente, pois é comprovado que quanto mais diverso o ecossistema mais resistente este é a mudanças. Da mesma forma, a biodiversidade também é importante para a manutenção da estabilidade climática. Por exemplo, o evento corrido com a extinção da megafauna é conectado com mudanças na temperatura ocorridas no período. De outra forma, hoje é constatado que o aumento da qualidade de vida da população humana em determinados lugares também resulta diretamente no decréscimo do ecossistema destes mesmos locais, isso é chamando de paradoxo ambiental. Por outro lado, o colapso de sociedades também é uma constante, mas isto tem ocorrido somente de forma local, enquanto as mudanças ambientais tem alcançado a esfera global (Steffen *et al.*, 2011).

No período histórico, os impactos globais no meio ambiente se tornam mais evidentes, como a chegada de Colombo à América em 1492 e o tráfico mundial de espécies que foi originado com isso, vamos encontrar o primeiro marcador geológico

de mudança ambiental. Como a presença de pólen e fitólitos de espécies das Américas em sedimentos marítimos e terrestres da Europa a partir de 1600. Porém, o maior marcador de mudança ambiental deste período é a inflexão de CO₂ encontrada em gelo glacial entorno de 1610, e isso pode ter um motivo, à queda populacional humana no Novo Mundo (Lewis & Maslin, 2015).

Entretanto, é o início da industrialização hoje o tempo mais aceito como o início do Antropoceno, pois o consumo de combustível fóssil e o registro deixado por isso tem sido único na história do planeta. Na Amazônia colonial, podemos também mensurar como o maior impacto ambiental do período, e principalmente o seu legado material: primeiro a exploração da fauna e flora nativas que alimentando as exportações sempre abasteceram uma indústria essencialmente extrativista na região; em segundo, a introdução de novos coletivos humanos e não-humanos na Amazônia, como plantas, animais e escravos, que no âmbito da sua adaptação sempre modificaram o ecossistema que pretendiam assimilar. E, por fim, a transformação física da paisagem que ainda ocorre através do estabelecimento de centros urbanos, empreendimentos exploratórios como fazendas, madeireiras, mineração ou hidrelétricas e estradas.

A sociedade ocidental tenta transformar tudo aquilo que não consegue controlar, e com a Amazônia ocorre o mesmo. Passados 500 anos de ocupação da Amazônia, o mundo moderno ainda tenta tomar o espaço, hoje por meio de um discurso ambientalista, mas que só tenta esconder um triste fato da desigualdade social. A realidade extrativista confunde-se com o discurso sustentável, que não vê os aspectos políticos, econômicos e sociais do interesse ambiental. A simbiose da sociedade

com o meio não ocorre, dos diferentes fazeres de apropriação recente da floresta o que foi deixado é a cultura, e esta é representada também pela materialidade das coisas.

Referências

Barata, M. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

Carneiro, E. *A conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Carter, N. *The Politics of the Environment: Ideas, Activism, Policy* (2nd ed ed.). New York: Cambridge University Press, 2007.

Cruz, E. *História do Pará* (Vol. 1). Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

Filho, A. A.; Júnior, J. A.; Neto, J. M. *Pontos de História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

Garcia, G. L.; Lobato, E. *Memória dos Engenhos do Baixo Tocantins*. Belém, 2011.

Latour, B. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Latour, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57(1), 2014.

Lewis, S. L.; Maslin, M. A. Defining the Anthropocene. *Nature*, 519, 2015.

Shikida, C. D. *Apontamentos sobre a Economia Política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*. Ibmecc MG Working Paper – WP40, 2007.

Steffen, W.; Persson, A.; Deutsch, L.; Zalasiewicz, J.; Williams, M.; Richardson, K., ... Svedin, U. The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. *Ambio*, 2011.

Tocantins, L. *Amazônica, Natureza, Homem e Tempo* (Vol. Conquista). Rio de Janeiro: Conq., 1960.